



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 026/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00014 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

UNIDADE: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento acerca do fornecimento de água e redução de pressão, conforme especifica nos itens elencados. Pedido não é objeto da LAI. Não conhecimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 026/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação – LAI, o órgão prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, informou o canal correto e o procedimento necessário para ter acesso ao solicitado e esclareceu que eventuais solicitações que não sejam relacionadas à disponibilização de informação fogem do escopo da Lei nº 12.527/2011. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso em apreço, observa-se que não foi realizado um pedido com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Nesse sentido, cabe esclarecer que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública Estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida LAI.
4. Cabe salientar que esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo aludido Decreto nº 58.052/2012.

6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do citado Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público